

Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes
ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente	2 - 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstração de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório da Administração

(em milhares de R\$)

Senhores Acionistas,

Apresentamos as demonstrações financeiras da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., correspondentes às atividades desenvolvidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade apresentou prejuízo de R\$ 988 decorrente do complemento de provisão para riscos trabalhistas (vide nota 9 “b”). O patrimônio líquido atingiu R\$ 90.670 ao final do exercício.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

HAITONG SECURITIES DO BRASIL
CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Balancos Patrimoniais
em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
ATIVO			
Ativo Circulante		92.565	684
Disponibilidades	4	236	272
Instrumentos Financeiros		91.862	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	91.862	-
Outros ativos	6.a	467	412
Ativo não circulante		28.155	115.364
Instrumentos Financeiros		-	89.572
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	89.572
Outros ativos	6.a	240	354
Créditos Tributários	7.b	12.095	9.990
Devedores por depósitos em garantia		15.817	15.445
Fiscais	9.a	10.813	10.360
Trabalhistas	9.b.iii	4.281	4.249
Outros		723	836
Imobilizado de uso		3	3
TOTAL DO ATIVO		120.720	116.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAITONG SECURITIES DO BRASIL
CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Balancos Patrimoniais

em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
PASSIVO			
Passivo Circulante		2.557	2.329
Outros passivos	6.b	2.557	2.329
Impostos e contribuições a recolher		679	486
Negociação e intermediação de valores		1.743	1.715
Diversas		135	128
Passivo não Circulante		118.163	113.719
Obrigações Fiscais Diferidas	7.b	1.548	1.429
Provisões para riscos		25.945	20.632
Fiscais	9.a	10.781	10.302
Trabalhistas	9.b.iii	14.576	9.742
Outros		588	588
Patrimônio líquido		90.670	91.658
Capital - De domiciliados no País	8.a	100.000	100.000
Prejuízos acumulados		(9.330)	(8.342)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.720	116.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAITONG SECURITIES DO BRASIL
CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração de Resultado

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo do semestre/exercício por ação)

	Nota	2º semestre 2021	Exercícios findos em 31 de dezembro	
			2021	2020
Receitas da intermediação financeira		2.762	3.893	2.486
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.762	3.893	2.486
Resultado bruto da intermediação financeira		2.762	3.893	2.486
Outras receitas/(despesas) operacionais		(4.444)	(6.013)	(5.027)
Outras despesas administrativas	12 d	(370)	(626)	(542)
Despesas tributárias	12 e	(45)	(89)	(89)
Provisão para riscos - Fiscais	12 f	(130)	(182)	(117)
Provisão para riscos - Trabalhista	9.b.iii	(3.674)	(4.834)	(4.274)
Outras receitas operacionais	12 g	25	26	31
Outras despesas operacionais	12 g	(250)	(308)	(36)
Resultado operacional		(1.682)	(2.120)	(2.541)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.682)	(2.120)	(2.541)
Imposto de renda e contribuição social	7 a	945	1.132	706
Impostos correntes		(646)	(854)	(498)
Impostos diferidos		1.591	1.986	1.204
Prejuízo do semestre/exercício		(737)	(988)	(1.835)
Número de ações	8 a	25.338.410	25.338.410	25.338.410
Prejuízo por ações em R\$		(0,03)	(0,04)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAITONG SECURITIES DO BRASIL
CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercícios findos em	
	2021	2021	2020
Prejuízo do semestre/exercício	(737)	(988)	(1.835)
Total de Resultados Abrangentes do semestre/exercício	(737)	(988)	(1.835)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAITONG SECURITIES DO BRASIL
CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(em milhares de reais)

	Capital	Prejuízos	Total
	Social	Acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	100.000	(6.507)	93.493
Prejuízo do exercício	-	(1.835)	(1.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.000	(8.342)	91.658
Prejuízo do exercício	-	(988)	(988)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.000	(9.330)	90.670
Saldos em 1º de julho de 2021	100.000	(8.593)	91.407
Prejuízo do semestre	-	(737)	(737)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.000	(9.330)	90.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAITONG SECURITIES DO BRASIL
CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercícios findos em	
		31 de dezembro	
	2021	2021	2020
Atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercício	(737)	(988)	(1.835)
Ajustes ao Lucro	2.859	3.884	3.867
- Provisão para riscos fiscais	130	182	117
- Provisão para riscos trabalhista	3.674	4.834	4.456
- Impostos correntes	646	854	498
- Impostos diferidos	(1.591)	(1.986)	(1.204)
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais	(1.828)	(2.306)	(93.051)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.810)	(2.290)	(89.572)
Outros ativos e devedores por depósitos em garantia	(18)	(16)	(3.479)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais	(228)	(626)	(1.639)
Outros passivos	(86)	(69)	798
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(142)	(557)	(2.437)
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades operacionais	66	(36)	(92.658)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	66	(36)	(92.658)
Início do semestre/exercício	170	272	92.930
Fim do semestre/exercício	236	236	272
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	66	(36)	(92.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HAITONG SECURITIES DO BRASIL CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 - *Em milhares de Reais*

1) Contexto operacional

A Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (“Sociedade”) é subsidiária integral do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (“Banco”), controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

A Administração da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. permanece avaliando suas estratégias de negócios e condições de mercado de forma a buscar rentabilidade e eficiência, com o controle efetivo de custos. Atualmente, decidiu-se em manter suas credenciais ativas e estruturas mínimas de capital e operacional, de modo a permitir uma eventual retomada das suas atividades no futuro próximo.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15.02.2022.

A Resolução CMN nº 4818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da demonstração do resultado abrangente e a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (vide nota 3 “i”). As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN: **a)** Resolução nº 3566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)), **b)** Resolução nº 4818/20 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), **c)** Resolução nº 4818/20 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R1)), **d)** Resolução nº 3823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), **e)** Resolução nº 4818/20 – Evento Subseqüente (CPC 24), **f)** Resolução nº 3989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)), **g)** Resolução 4007/11 – Evidenciação de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), **h)** Resolução nº 4144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 (R2)), **i)** Resolução nº 4424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), **j)** Resolução nº 4524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), **k)** Resolução nº 4534/16 – Ativo intangível (CPC 04 (R1)), **l)** Resolução nº 4535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27), **m)** Resolução nº 4818/20 – Resultado por ação (CPC 41 (R1) e **n)** Resolução nº 4748/19 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3) Resumo das principais práticas contábeis

- a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo são demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado.
- c. Redução do valor recuperável (*impairment*) - é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
- d. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- e. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 9), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823, sendo:
 - **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

- f. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15% mais adicional de 10%, 15% até 30.06.2021 (20% para o período de julho a dezembro 2021); 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 7 “a” para IRPJ e CSLL). A alíquota da CSLL, para as sociedades corretoras, foi elevada de 15% para 20% com vigência até 31.12.2021, nos termos da Medida Provisória nº 1034 de 01.03.2021 (convertida na Lei nº 14183 de 14.07.2021). Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 7 “b”). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- g. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. As principais estimativas envolvem cálculos de provisões para contingências e de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos diferidos. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.
- h. O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das Demonstrações Financeiras.
- i. A Resolução BCB nº 2 de 27.11.2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 11.

4) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. Na data do balanço, o caixa e equivalentes de caixa compreendem: Disponibilidades R\$ 236 (31.12.2020 R\$ 272).

5) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Na data do balanço as Aplicações interfinanceiras de liquidez apresentavam o montante de R\$ 91.862 com prazo de vencimento até julho/2022 (31.12.2020 R\$ 89.572 com prazo de vencimento até julho/2022), representados por certificados de depósitos interbancários com rendimento de 100% do CDI.

6) Outros ativos e Outros passivos

a. **Outros Ativos: a.1) Circulante:** composto por adiantamentos e pagamentos a ressarcir R\$ 86 (31.12.2020 R\$ 59), devedores diversos no país R\$ 201 (31.12.2020 R\$ 201) e despesa antecipada R\$ 180 (31.12.2020 R\$ 152), **a.2) Não Circulante:** composto por despesas antecipadas R\$ 240 (31.12.2020 R\$ 354).

b. **Outros Passivos (Circulante)**: composto por impostos e contribuições a recolher R\$ 679 (31.12.2020 R\$ 486), Negociação e Intermediação de Valores R\$ 1.743 (31.12.2020 R\$ 1.715) e provisão para pagamentos de despesas administrativas R\$ 135 (31.12.2020 R\$ 128).

7) Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(2.120)	(2.120)	(2.541)	(2.541)
Adições / (Exclusões) Permanentes e Temporárias	5.040	5.040	4.443	4.443
. Despesas não dedutíveis	16	16	43	43
. Provisões Indedutíveis	5.024	5.024	4.400	4.400
Base de cálculo antes da compensação	2.920	2.920	1.902	1.902
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(876)	(876)	(571)	(571)
Base de cálculo dos encargos	2.044	2.044	1.331	1.331
Total dos encargos devidos no período	(475)	(379)	(298)	(200)
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	1.316	789	798	479
(Constituição)/Reversão de impostos diferidos	(74)	(45)	(46)	(27)
IR.Renda e C.Social debitados ao Resultado	767	365	454	252

b. Créditos tributários e provisões diferidas

	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2021
Prejuízo fiscal de IRPJ	949	205	(219)	935
Base negativa de CSLL	737	123	(132)	728
Provisão para riscos fiscais	4.121	192	-	4.313
Provisão para passivos trabalhistas	3.897	2.080	(147)	5.830
Provisão para riscos de crédito	235	-	-	235
Outros créditos tributários	51	37	(34)	54
Total Créditos Tributários	9.990	2.637	(532)	12.095
Atualização dos depósitos judiciais	(1.429)	(119)	-	(1.548)
Total Passivos diferidos	(1.429)	(119)	-	(1.548)
Total Posição líquida e variação em 31.12.2021	8.561	2.518	(532)	10.547
Total Posição líquida e variação em 31.12.2020	7.357	1.964	(760)	8.561

O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 10.547 (31.12.2020 R\$ 8.561) representando 11,63% (31.12.2020 9,34%) do patrimônio líquido final:

. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 12.095 (31.12.2020 R\$ 9.990) representando 13,34% (31.12.2020 10,90%) do patrimônio líquido final.

. As obrigações fiscais diferidas de R\$ 1.548 (31.12.2020 R\$ 1.429) foram calculadas sobre a receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais.

A constituição desses créditos tributários está em consonância com o artigo 1º da Resolução CMN nº 3059 de 20.12.2002 (nova redação pela Resolução CMN nº 3355 de 31.03.2006), que leva em consideração o histórico de lucro tributável comprovado em pelo menos três dos últimos cinco exercícios e a expectativa de geração de lucros em períodos subsequentes e correspondentes obrigações fiscais que permitam a realização desses créditos tributários no prazo máximo de dez anos, amparada por estudo técnico.

Em 31.12.2021, não havia créditos tributários não ativados (31.12.2020 R\$ 327).

O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações diferidas, calculados com base na taxa Selic, monta em R\$ 9.454 (31.12.2020 R\$ 8.135). A Administração estima que a realização desses créditos tributários e a exigibilidade das obrigações diferidas ocorrerá em até 4 anos na seguinte proporção: 2022 – 14,7%, 2023 – 27,7%, 2024 – 31,5% e 2025 – 26,2%.

8) Patrimônio Líquido

a) Capital Social: em 31.12.2021 e 31.12.2020 o capital social de R\$ 100.000 está representado por 25.338.410 ações nominativas, está dividido em 12.809.890 ações ordinárias e 12.528.520 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Dividendos: o Estatuto Social prevê dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Às ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

9) Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

a. Obrigações Legais: as obrigações legais referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, representadas pelo recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 10.781 (31.12.2020 R\$ 10.302) e R\$ 10.751 (31.12.2020 R\$ 10.298), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Em 31.12.2020 a provisão totalizava R\$ 10.302, sendo complementada no decorrer do exercício por novas obrigações R\$ 182 (2020 R\$ 117) e atualização R\$ 297 (2020 R\$ 182), atingindo o saldo final de R\$ 10.781 cujo montante ampara integralmente o risco decorrente dessas obrigações.

b. Passivos Contingentes: a Sociedade possuía as seguintes contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas em discussão nas esferas administrativa e judicial, as quais foram avaliadas pelos nossos assessores legais como “perda possível”:

- i) cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP R\$ 44.520 (31.12.2020 R\$ 43.418);
- ii) cobrança de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP R\$ 41.047 (31.12.2020 R\$ 40.302); e
- iii) outras contingências de natureza fiscal R\$ 447 (31.12.2020 R\$ 442) que se discute a adequada compensação de créditos fiscais e a dedutibilidade de despesas nas bases de cálculo da CSLL e do IRPJ do ano base 2006 e trabalhista cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 14.101 (31.12.2020 R\$ 14.766).

A Sociedade também possuía contingências de natureza trabalhista avaliadas como de “perda provável” cujos processos aguardam a homologação dos valores e a execução final, sendo estimada a perda de R\$ 6.798 (31.12.2020 R\$ 4.187).

Para essas contingências trabalhistas, espera-se possíveis perdas por execuções e/ou acordos futuros, sendo constituída provisão no valor de R\$ 14.576 (31.12.2020 R\$ 9.742), registrada na rubrica “Provisões para riscos - Trabalhistas”. Para esses processos existem depósitos judiciais no valor de R\$ 4.281 (31.12.2020 R\$ 4.249), registrado na rubrica “Devedores por Depósitos em Garantia - Trabalhistas”.

10) Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	ATIVOS / (PASSIVOS)		RECEITAS / (DESPESAS)	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
-Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. Controlador	91.862	89.572	3.893	2.486

11) Resultados recorrente e não recorrente

	Exercícios findos em	
	2021	2020
Resultado recorrente	1.912	729
. Complemento da provisão para riscos - Trabalhista (nota 9.b.iii)	(4.834)	(4.274)
. Complemento de créditos tributários (nota 7.b)	1.934	1.710
. Impacto do resultado não recorrente	(2.900)	(2.564)
Prejuízo do exercício	(988)	(1.835)

12) Outras informações

- a. Basileia: a gestão de capital de acordo com a Basileia é efetuada no conjunto das empresas integrantes do conglomerado Haitong no Brasil, conforme permitido pelo Banco Central do Brasil.
- b. Gerenciamento de riscos: o gerenciamento e monitoramento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito e operacional são efetuados em uma estrutura definida na instituição líder do conglomerado Haitong no Brasil, de forma integrada e independente, contemplando o conjunto das empresas integrantes desse conglomerado.

- c. Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não há operações de derivativos em aberto.
- d. Outras Despesas Administrativas: composta por despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 126 (2º semestre/2021 R\$ 65 e 2020 R\$ 118), serviço técnico especializado R\$ 272 (2º semestre/2021 R\$ 176 e 2020 R\$ 218) , despesa de seguros R\$ 166 (2º semestre/2021 R\$ 89 e 2020 R\$ 152) e outras despesas administrativas R\$ 62 (2º semestre/2021 R\$ 40 e 2020 R\$ 54).
- e. Despesas Tributárias: composta por taxa de fiscalização CVM R\$ 89 (2º semestre/2021 R\$ 45 e 2020 R\$ 89).
- f. Provisão para riscos - Fiscais: composta principalmente por despesas com PIS e COFINS R\$ 182 (2º semestre/2021 R\$ 130 e 2020 R\$ 117).
- g. Outras Receitas Operacionais: composta basicamente por recuperação de encargos e despesas R\$ 26 (2º semestre/2021 R\$ 25 e 2020 R\$ 31) e Outras Despesas Operacionais: composta basicamente por Indenizações Trabalhistas R\$ 308 (2º semestre/2021 R\$ 250 e 2020 R\$ 36).

DIRETORIA

Alan do Amaral Fernandes
Carlos José Caetano Guzzo

CONTADOR

Marcos Tetsuo Takeda
CRC 1SP 197374/O-1
